

Combater HIV/Aids, malária e outras doenças

A Aids e a tuberculose são as principais causas de mortes por infecção no mundo. Em 2008, 33,4 milhões de pessoas viviam com o vírus HIV (70% na África) e 2 milhões de pessoas morreram vítimas dele (ONU, 2010a). Contudo, dados epidemiológicos recentes indicam que a propagação da doença está se estabilizando na maioria das regiões do planeta (ONU, 2010a). O número global de novos casos caiu de 3,5 milhões, em 1996, para 2,7 milhões em 2008. No Brasil, estima-se que 630 mil pessoas vivam com HIV/Aids e que a taxa de incidência se mantém estável desde o ano 2000 (Brasil, 2010a). O Brasil foi pioneiro em garantir o acesso gratuito universal à terapia antirretroviral na rede pública de saúde, o que resultou no aumento significativo da sobrevivência e qualidade de vida dos pacientes diagnosticados (Brasil, 2010a). Relatórios oficiais apontam que o Norte é a região onde a Aids mais cresce no Brasil (MS, 2010f). Um dos principais fatores é a alta taxa de transmissão vertical, ou seja, quando o bebê é contaminado durante a gestação. Segundo o UnAids, isso reflete a inabilidade dos governos estaduais e municipais em criar estratégias de combate e prevenção, já que em outras regiões do país a doença está estabilizada.

Por sua vez, a tuberculose apresenta uma taxa mundial de incidência de 164 casos para cada 100 mil pessoas. Em 2008, 9,4 milhões de novos casos foram diagnosticados no mundo e 1,8 milhão de óbitos foram registrados; metade das vítimas também era portadora do vírus da Aids (ONU, 2010a). No mundo, a diminuição da incidência de tuberculose tem sido lenta (ONU, 2010a). No Brasil, a taxa de incidência da doença tem registrado queda desde 2004. Contudo, o país ocupa a 18ª posição em número de casos de tuberculose no mundo, registrando em média 85 mil novos casos por ano (Brasil, 2010a).

A malária é outra doença infecciosa importante no Brasil e no mundo. Segundo a ONU (2010a), metade da população mundial está sob risco de contrair malária. Em 2008, estima-se que houve 243 milhões de novos casos e 863 mil mortes por malária, 89% dos óbitos na África. No Brasil, onde a Amazônia responde pela quase totalidade dos casos, houve uma redução no número de casos e mortes por malária nos últimos anos (Brasil, 2010a). Além disso, outras doenças infecciosas são importantes na região amazônica como a leishmaniose e a dengue. Por isso, para avaliar o ODM 6 utilizamos a taxa de incidência dessas cinco doenças: (i) Aids; (ii) malária; (iii) tuberculose; (iv) leishmaniose; e (v) dengue.⁴⁰

➔ AUMENTA TAXA DE INCIDÊNCIA DE AIDS

A taxa de incidência de Aids aumentou exponencialmente entre 1990 e 2008 na Amazônia (Figuras 27 e 28), enquanto a taxa brasileira apresentou sinais de redução. A taxa na região amazônica passou de 1,2 para 17 casos para cada 100 mil habitantes.⁴¹ Em 2008, a taxa de incidência de Aids na Amazônia quase alcançou a taxa brasileira (18 casos para cada 100 mil habitantes). Roraima e Amazonas foram os Estados com maior taxa de Aids em 2008: respectivamente, 32 e 26 casos registrados da doença para cada 100 mil habitantes. Naquele ano, o Acre apresentou a menor taxa da doença (8). Dados oficiais de mortalidade (MS, 2010c) indicam que 9% das mortes por Aids no Brasil em 2008 ocorreram na Amazônia, ou seja, 951 casos fatais da doença. Isso indica uma taxa de quatro óbitos para cada 100 mil habitantes, taxa inferior à média brasileira (seis óbitos para

cada 100 habitantes). Pará é o Estado onde o maior número de óbitos por Aids foi registrado em 2006 (300 óbitos).

Em 2008, os municípios com maior número de casos registrados de Aids na Amazônia foram Manaus (755 novos casos registrados), Belém (542), São Luis (323), Cuiabá (163), Porto Velho (159) e Boa Vista (117). Já a distribuição municipal da taxa de Aids na Amazônia naquele ano (Figura 29) somente contava com uma capital no topo da lista (Boa Vista, com 48 casos para cada 100 mil habitantes). Dos dez municípios com as maiores taxas da doença, cinco estavam no Mato Grosso (Araguainha, Indaiavá, Juruela, Ponte Branca e Acorizal), três no Tocantins (Luzinópolis, Alianza do Tocantins e Aguiarnópolis), um no Amapá (Oiapoque) e um no Maranhão (Porto Rico do Maranhão).

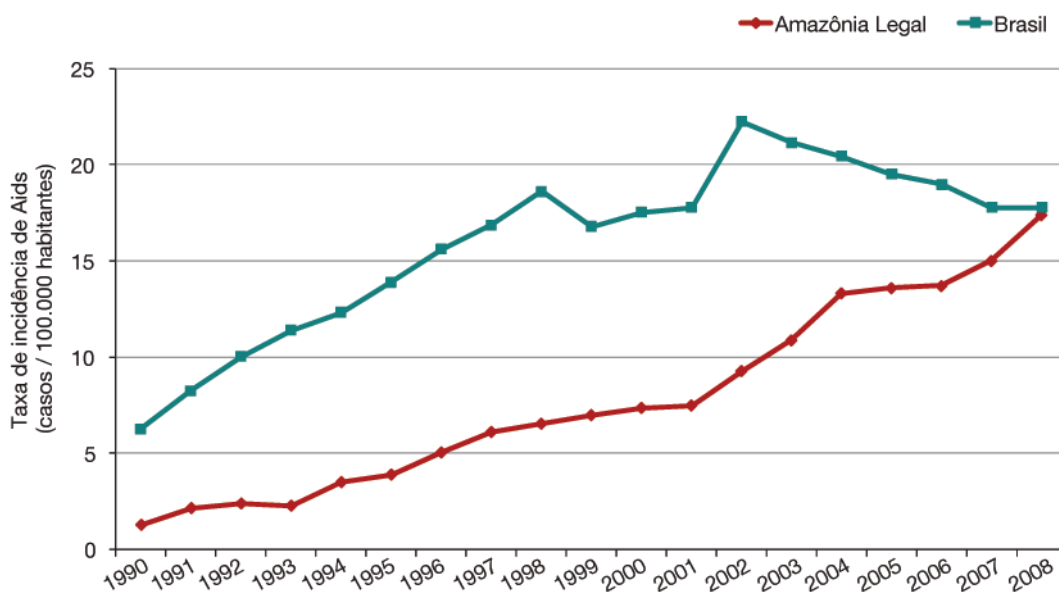


Figura 27. Taxa de incidência de Aids na Amazônia entre 1990 e 2008 (MS, 2010g).

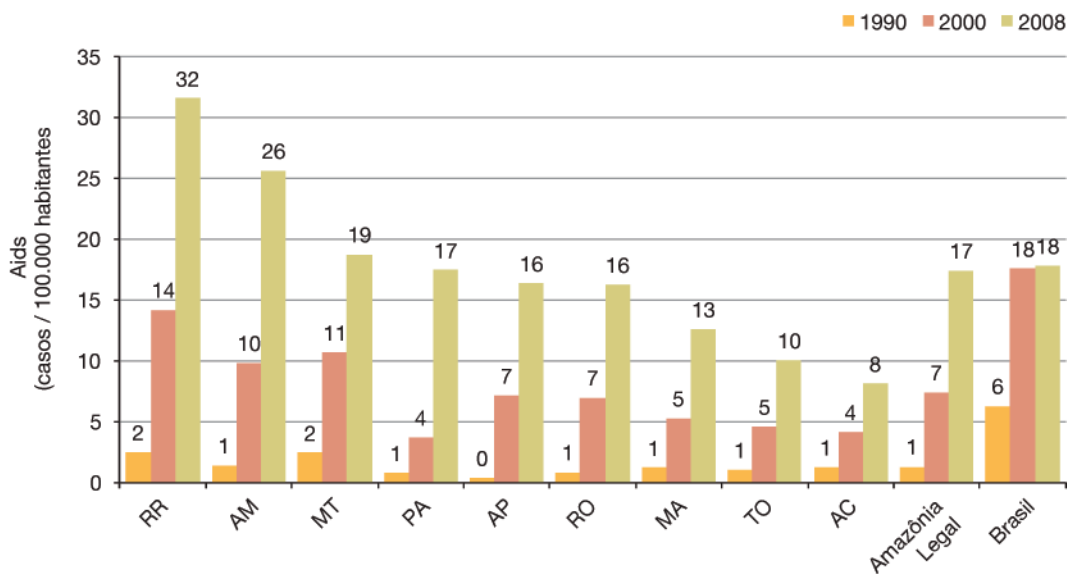


Figura 28. Taxa de incidência de Aids nos Estados da Amazônia em 1990, 2000 e 2008 (MS, 2010g).

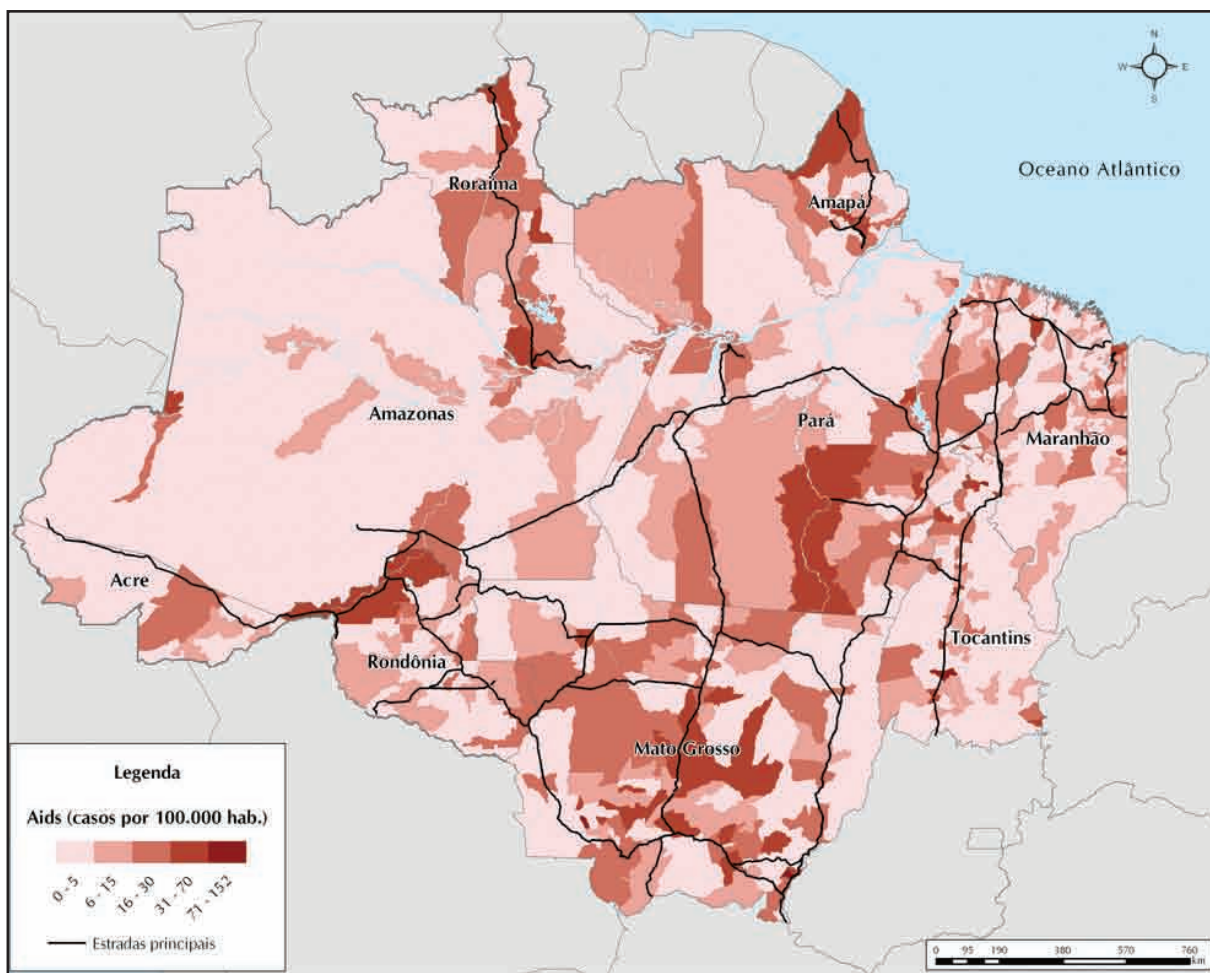


Figura 29. Distribuição de casos de Aids nos municípios da Amazônia em 2008 (MS, 2010h).

➔ MALÁRIA CAIU, MAS CONTINUA ELEVADA

A Amazônia responde por mais de 99% dos casos de malária do Brasil. Em 2009 foram registrados mais de 306 mil casos novos na região, o que representa uma queda em relação aos anos anteriores (Figura 30). De fato, foi o menor número de casos registrados desde 1990. Os Estados que mais registraram casos da doença em 2009 foram Pará (99,5 mil casos) e Amazonas (98,9 mil casos), enquanto Tocantins foi onde menos se registrou novos casos (128).⁴²

Por sua vez, a taxa de incidência de malária caiu de 3,3 mil casos para cada 100 mil habitantes, em 1990, para 1,2 mil casos em 2009 (Figura 31). Em relação a 1990, a taxa de incidência de malária caiu em todos os Estados, com exceção do Amazonas e Acre, onde a taxa subiu 109% e 10%, respectivamente. Em 2009, os Estados com maior taxa de incidência de malária foram Acre (3,9 mil casos para cada 100 mil habitantes), Roraima (3,6 mil casos) e

Amazonas (2,9 mil casos). A grande flutuação do número de casos e da taxa de malária na Amazônia nos últimos vinte anos indica que essa doença ainda está longe de ser controlada na região. Dados de mortalidade (MS, 2010c) indicam 93 óbitos causados por malária no Brasil em 2007, dos quais 85% foram registrados na Amazônia.

Em 2009, 24 municípios da Amazônia tinham uma taxa de incidência de malária superior a 100 casos para cada 1 mil habitantes (Figura 32). Dos dez municípios com as maiores taxas da doença, três estavam no Amazonas (Atalaia do Norte, Ipixuna e Alvarães), dois no Pará (Anajás e Novo Progresso), dois no Amapá (Oiapoque e Serra do Navio), dois no Acre (Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul) e um em Roraima (Cantá). As áreas de vegetação de cerrado e as fronteiras antigas de desmatamento apresentam menor intensidade da doença.

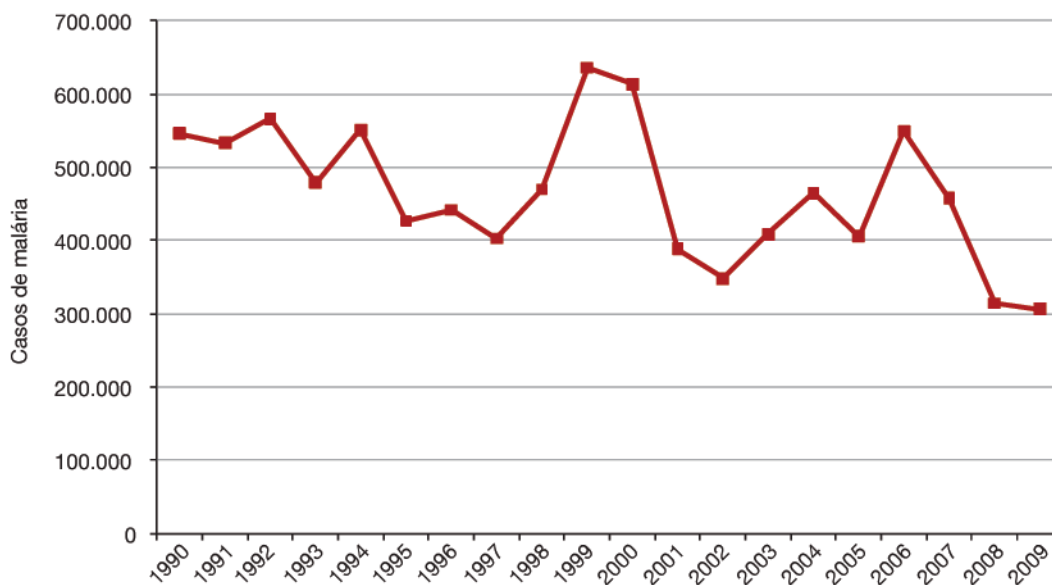


Figura 30. Casos de malária na Amazônia entre 1990 e 2009 (MS, 2010i).

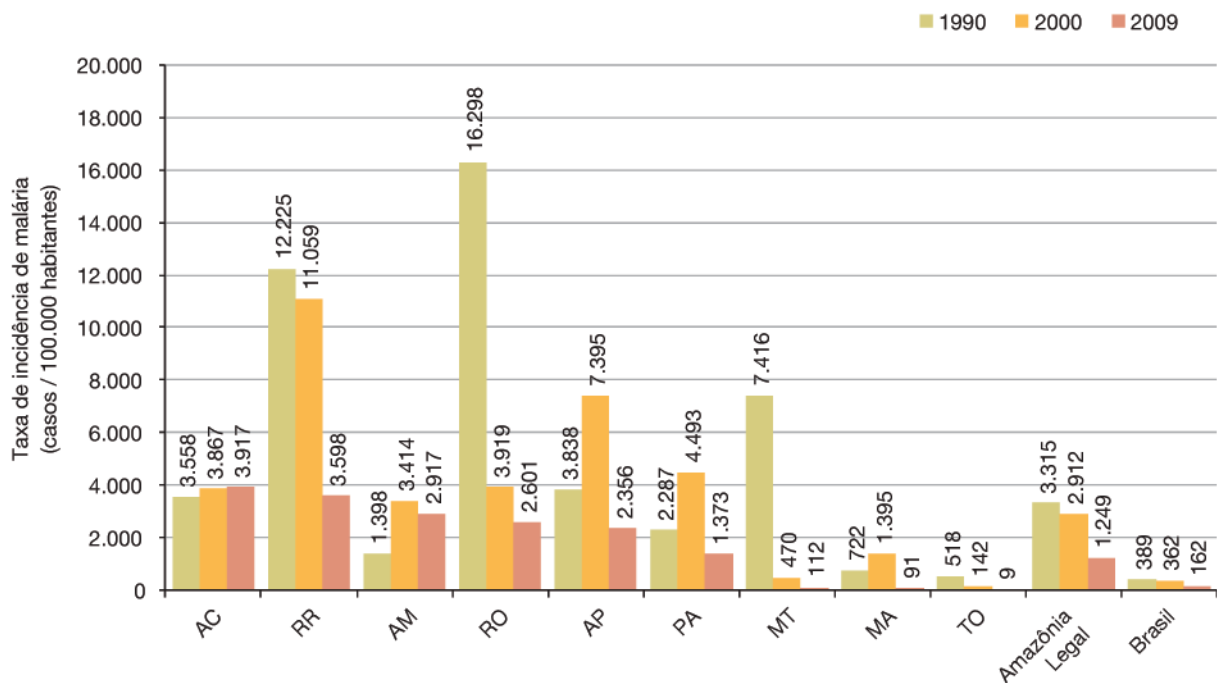


Figura 31. Taxa de incidência de malária nos Estados da Amazônia em 1990, 2000 e 2009 (MS, 2010i).

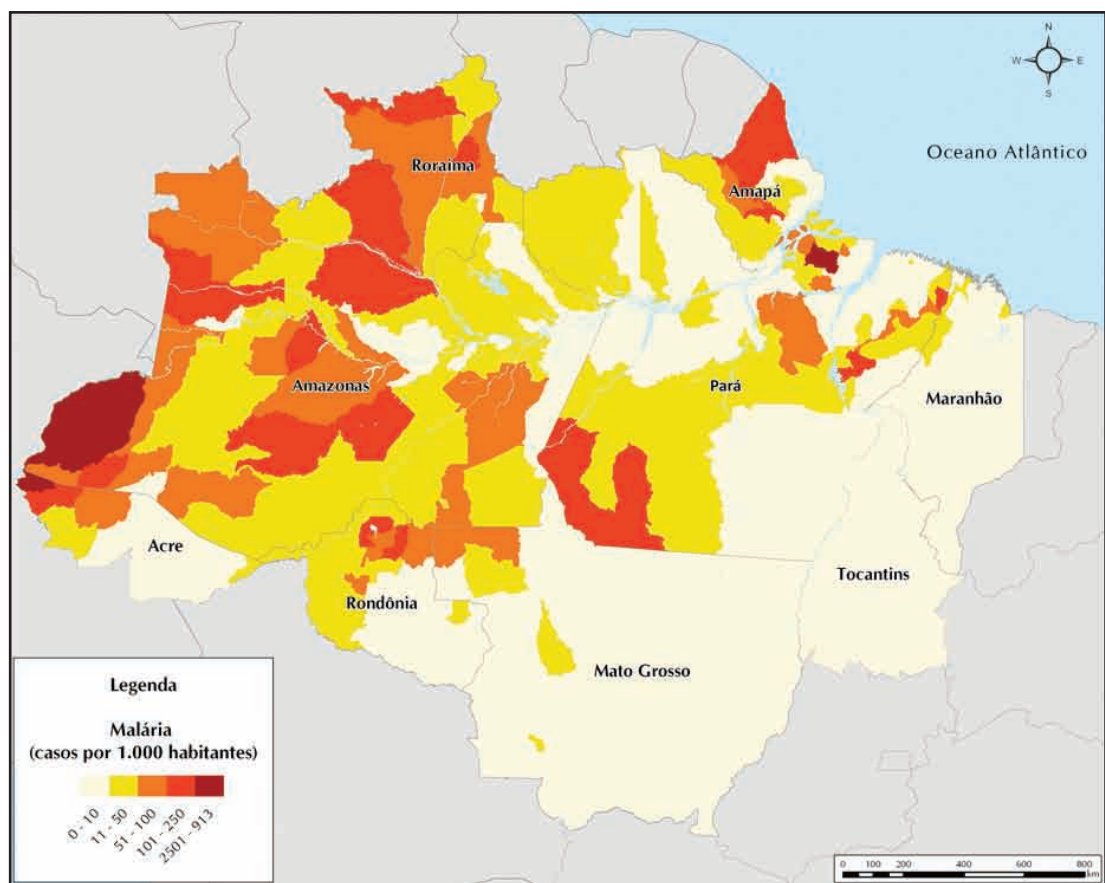


Figura 32. Distribuição de malária (número de casos por 1 mil habitantes) nos municípios da Amazônia em 2009 (MS, 2010j).

TUBERCULOSE E LEISHMANIOSE MANTÊM-SE ELEVADAS

A taxa de incidência de tuberculose caiu 47% na Amazônia entre 1990 e 2007 (Figura 33), passando de 73 casos para cada 100 mil habitantes para 38 casos, respectivamente (valor similar à média brasileira). Entre os Estados, todos apresentaram queda na taxa de incidência da doença nesse período. Em 2007, Amazonas e Pará foram os Estados que registraram maior taxa de incidência de tuberculose: 67 e 46 casos para cada 100 mil habitantes, respectivamente (Figura 34). Tocantins foi o Estado com menor incidência (16 casos). Em 2007 foram registrados 592 óbitos por tuberculose na Amazônia (13% dos óbitos brasileiros por essa doença); os maiores números de óbitos por tuberculose naquele ano foram registrados no Pará (169) e no Maranhão (159) (MS, 2010c).

A taxa de incidência de leishmaniose manteve-se estável em 74 casos para cada 100 mil habitantes na Amazônia entre 1990 e 2007 (Figura 33). Esse valor é bastante superior à média brasileira (11 casos para cada 100 mil habitantes), uma vez que essa doença afeta principalmente áreas florestais. Entre os Estados da região amazônica, Acre e Amapá apresentaram aumento de incidência da doença nesse período, enquanto os demais apresentaram queda. Em 2007, Acre e Amapá foram os Estados com as maiores taxas de incidência de leishmaniose, respectivamente 129 e 104 casos para cada 100 mil habitantes (Figura 35). As menores taxas de incidência foram registradas em Tocantins (36) e Maranhão (38). Em 2007, registraram-se 305 óbitos por leishmaniose no Brasil, dos quais 85 na Amazônia (MS, 2010g).

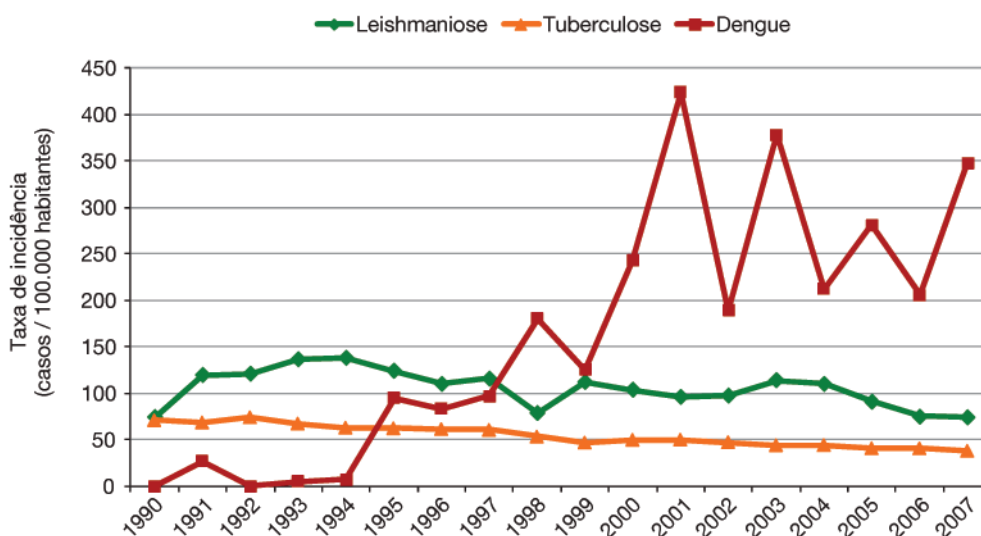


Figura 33. Taxa de incidência de tuberculose, leishmaniose e dengue na Amazônia entre 1990 e 2007 (MS, 2010g).

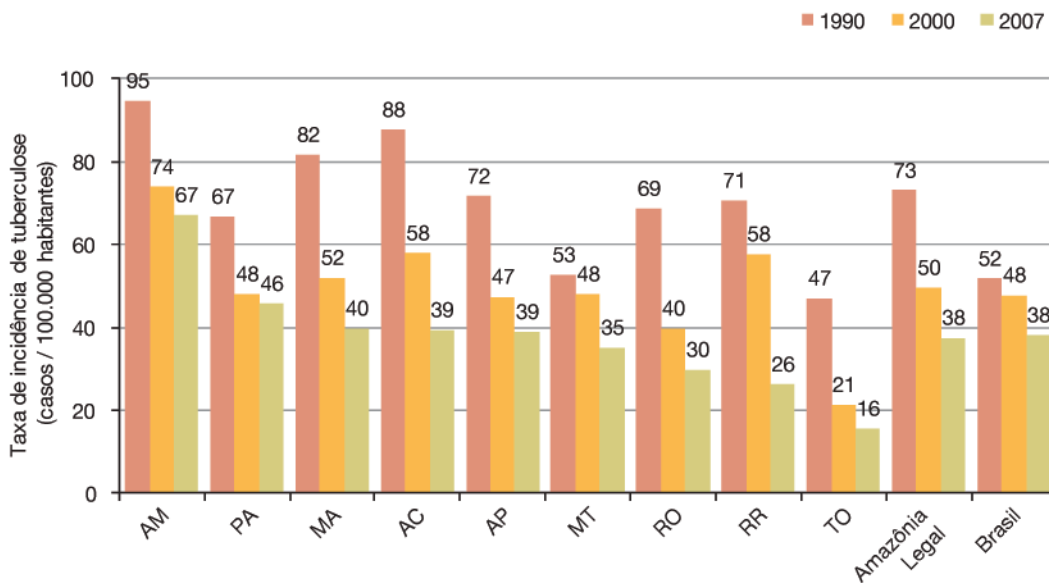


Figura 34. Taxa de incidência de tuberculose nos Estados da Amazônia em 1990, 2000 e 2007 (MS, 2010g).

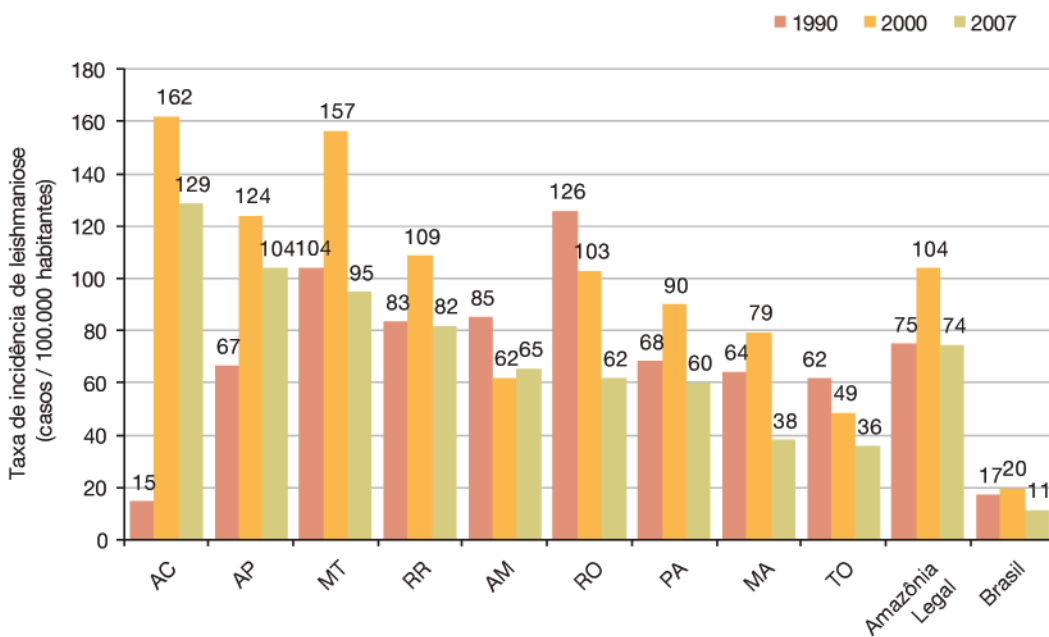


Figura 35. Taxa de incidência de leishmaniose nos Estados da Amazônia em 1990, 2000 e 2007 (MS, 2010g).

DENGUE DISPARA

A taxa de incidência de dengue aumentou 43% na Amazônia entre 2000 e 2007, passando de 242 para 347 casos para cada 100 mil habitantes (ver Figura 33). No Brasil, a taxa de dengue aumentou ainda mais nesse período (316%), entretanto, a média nacional (266 casos para cada 100 mil habitantes) ficou abaixo da região amazônica. Entre os Estados da região, quase todos apresentaram aumento na taxa de dengue, com exceção de

Roraima, Acre e Amazonas. Em 2007, Tocantins, Mato Grosso e Amapá foram os Estados com as maiores taxas de incidência de dengue: 952, 565 e 562 casos para cada 100 mil habitantes, respectivamente (Figura 36). O Acre e o Amazonas registraram as menores taxas de incidência, respectivamente, 75 e 62. Em 2007 foram registrados 137 óbitos por dengue no Brasil, dos quais 37 na Amazônia (MS, 2010c).

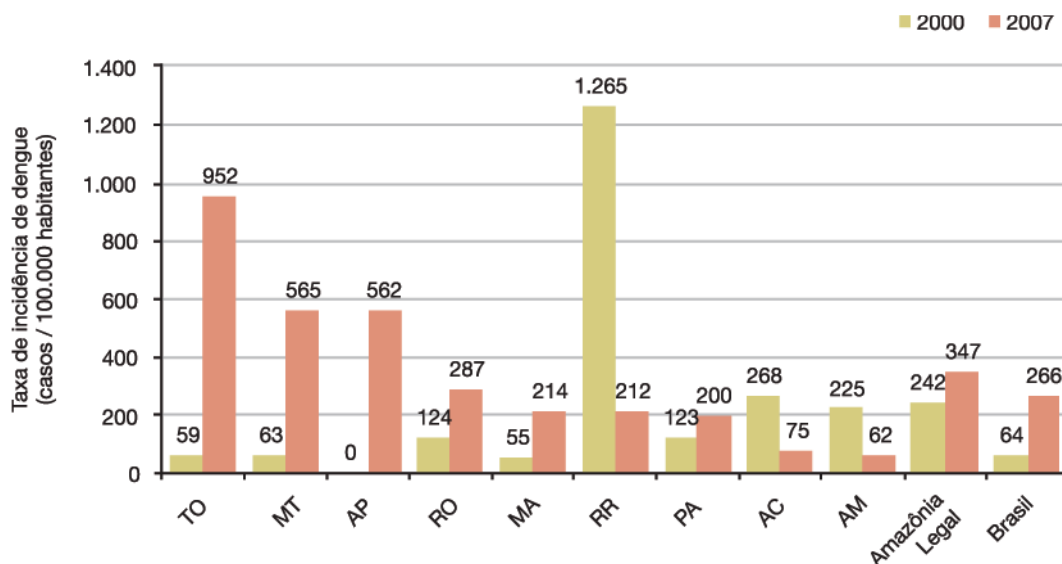


Figura 36. Taxa de incidência de dengue nos Estados da Amazônia em 2000 e 2007 (MS, 2010g).

Quadro 8. Amazônia é líder mundial em hanseníase

O Brasil é líder mundial em hanseníase, enfermidade causada pela bactéria *Mycobacterium leprae*. Em 2007 foram registrados mais de 41 mil novos casos no país. Desses casos, 40% foram registrados na Amazônia. Pará e Maranhão são os líderes brasileiros: 4.509 e 4.403 novos casos somente em 2007, respectivamente. A taxa da doença para cada 10 mil habitantes foi 5,1 na região em 2007. Nas outras regiões brasileiras, a taxa variou de 0,6 (no Sul) a 2,7 (no Nordeste, exceto Maranhão). A hanseníase é uma doença contagiosa que tem cura se for detectada precocemente.

Quadro 9. Saúde pública na Amazônia

Em 2007 havia menos de um médico para cada mil habitantes na Amazônia, enquanto a média brasileira era de quase dois médicos para cada mil habitantes (MS, 2010). O Maranhão é o Estado brasileiro com menor número de médicos (0,59) por mil habitantes. Embora altos salários sejam ofertados, a região não atrai os profissionais seja pela distância geográfica ou pela falta de recursos mínimos (Amigos da Terra Brasil, 2010). Para resolver esse problema, o MS pretende enviar à região a Força Nacional de Saúde, com um grupo de médicos e profissionais da saúde para atuarem em pontos remotos do país (Amigos da Terra Brasil, 2010). Haverá uma seleção pública de candidatos, e a proposta prevê uma rotatividade dos profissionais entre as cidades cadastradas. Além de atrair profissionais da saúde, grandes investimentos devem ser feitos para criar boas condições para que eles exerçam suas funções. Mesmo com problemas históricos de acesso a um sistema de saúde pública de qualidade na região, a esperança de vida da população amazônica aumentou em 5 anos entre 1991 e 2007, passando de 66 para 71 anos (valor próximo da média brasileira de 72 anos). Em 2007, o Maranhão tinha a expectativa de vida mais baixa da região (67 anos) e o Mato Grosso a mais alta (73).

OBJETIVO 6 – COMBATER AIDS, MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS



Meta 9: Até 2015, ter detido e começado a reduzir a propagação do HIV/Aids.

- **Amazônia em 2008:** 17 casos de Aids para cada 100 mil habitantes.
- **Avaliação:** A meta não será atingida, uma vez que a taxa de propagação da doença tem aumentado na região.



Meta 10: Garantir, até 2010, acesso universal a tratamento para HIV/Aids para todos.

- **Avaliação:** A meta não foi avaliada pela indisponibilidade de dados regionais. No entanto, é importante destacar que o Brasil foi pioneiro em garantir o acesso gratuito universal à terapia antirretroviral na rede pública de saúde.



Meta 11: Até 2015, ter detido e começado a reduzir a incidência de malária e de outras doenças graves.

- **Amazônia em 2009:** Mais de 1,2 mil casos de malária para cada 100 mil habitantes em 2009. Além disso, taxas altas de incidência de tuberculose (38 casos para cada 100 mil habitantes), leishmaniose (74) e dengue (347).
- **Avaliação:** Embora a incidência de malária e de tuberculose tenha diminuído desde 1990, essas doenças ainda persistem em taxas elevadas. Além disso, a região tem incidência muito alta de dengue e leishmaniose tegumentar.